

A Inclusão de alunos surdos no ensino regular: Análise de uma experiência no Estado do Rio de Janeiro

Mariana Gonçalves Ferreira de Castro¹, Adriana Oliveira Bernardes²
UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro)¹ UENF (Universidade do Norte Fluminense)²

RESUMO:

Este artigo pretende levantar reflexões sobre a inclusão de alunos surdos no ensino regular. Pela força da lei, a inclusão é imposta como política nacional em escolas das redes municipais, estaduais e privadas em todos os segmentos e anos de escolaridade. Porém, ainda é insuficiente a realização da efetiva inclusão devido a vários fatores; tais como: a formação docente, estrutura física da escola, adaptações curriculares, metodologia de ensino, afetividade e sensibilidade dos professores regentes, profissionais especialistas, intérprete de LIBRAS, professores de atendimento educacional especializado, dentre outros. Transformar uma escola regular em uma escola inclusiva ainda é um desafio no Brasil em várias instâncias. Entendemos que a filosofia da política inclusiva é positiva em si mesma. Porém, ao se tratar de alunos surdos, a necessidade linguística impõe várias mudanças no âmbito escolar gerando desafios a serem construídos. Partimos do princípio de que a LIBRAS-lingua Brasileira de Sinais deve ser a primeira língua da pessoa surda. Por isso, as estratégias de ensino e a metodologia empregada não devem ser pautadas na política oral-auditiva e sim na perspectiva viso espacial. A prática da rede regular de ensino ainda se encontrar enraizada no viés oral auditivo e de reprodução do que o professor deseja, tornando o aluno como mero repetidor e copistas do conteúdo ensinado. No presente trabalho apresentaremos a análise de uma professora regente efetiva de uma escola Estadual do Rio de Janeiro. A professora aponta em seu depoimento, suas dificuldades e traz contribuições a respeito de suas estratégias de ensino que oferecem bons resultados. A análise do depoimento será fundamentada com autores e legislações vigentes pertinentes a realidade vivida pela professora. Optamos pela metodologia de pesquisa bibliográfica de caráter exploratório. O trabalho será fundamentado pelos seguintes autores: GLAT, 2009; LACERDA&SANTOS, 2014; SANTOS, 2006; LACERDA&LODI, 2009 para discutir sobre a inclusão escolar e a inclusão de alunos surdos na rede regular de ensino e suas peculiaridades e utilizaremos a autora SANTANA, 2007 para apontar as necessidades linguísticas do surdo.

Palavra-chave: Inclusão escolar, surdez, direito linguístico.

INTRODUÇÃO:

Atualmente vivemos em uma sociedade cada vez mais individualista. Como afirma SANTOS & PAULINO, 2006, as desigualdades sociais e o desrespeito às diferenças são banalizados em nosso cotidiano e a escola reproduz esta prática que reflete estas relações. As mídias reproduzem a lógica que determina a exclusão de grupos minoritários em detrimento de outros. Ainda em SANTOS & PAULINO, a inclusão sempre é um processo e não um fim em si mesma. A concepção de educação inclusiva pode ser ilustrada por meio de uma citação da Declaração de Salamanca:

“Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao gozo e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, tal se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades. A experiência em muitos países demonstra que a integração de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais é mais eficazmente alcançada em escolas inclusivas que servem a todas as crianças de uma comunidade. (Declaração de Salamanca, 1994:61

Em âmbito internacional houve vários movimentos sociais a favor da política da inclusão escolar. Mas, é na declaração de Salamanca, em 1994, que o movimento de inclusão tomou força repercutindo na Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 que diz no capítulo V, em seu art. 58 que afirma: Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência (...) e em seu parágrafo 1º diz que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. A partir daí a inclusão tornou-se uma proposta reconhecida pelo Ministério de Educação e pela Secretaria de Educação. No Brasil, anterior a década de 90, a educação de pessoas com deficiência que era realizada de forma segregadora em escolas especiais, com um cunho assistencialista. Alguns anos depois, passou a ser oferecida nas escolas regulares inicialmente em classes especiais e mais tarde em turmas regulares como é prevista atualmente. De acordo com BUENO (1999), é necessário capacitar dois tipos de professores: professores do ensino regular com formação básica, incluindo formação para lidar com a diversidade e professores especializados, para atuar como equipe de atendimento e apoio especializado. Esta é a condição de bidocência. Uma sala de aula com dois professores trabalhando em conjunto e parceria. Em algumas escolas da rede estadual de ensino já funcionam desta forma. Como exemplo podemos citar o CAP-UERJ que viabiliza a inclusão de alunos com deficiência através da prática da bidocência. Porém isto ainda não é uma realidade em toda a rede estadual de educação, ocasionando prejuízos sociais, lingüísticos e psicológicos nos alunos “incluídos”. Em se tratando de pessoas surdas, os prejuízos podem ser ainda maiores, pois, a diferença dos surdos, é a diferença lingüística

ALUNOS SURDOS NA REDE REGULAR DE ENSINO: DESAFIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

As crianças surdas necessitam chegar a escola com a LIBRAS adquirida obtendo competência lingüística plena. Porém, como a maioria dos pais de filhos surdos, são ouvintes, a maioria dos surdos iniciam sua aquisição lingüística quando entram para a escola, ocasionando prejuízos na capacidade de desenvolvimento de seus processos cerebrais. Segundo MOURA, 2014, p.18 afirma que “o que se sabe é que, a não ser que as crianças surdas sejam filhas de pais surdos, o papel de propiciar a aquisição da língua será da escola.” Desta forma o compromisso da escola perante uma criança surda é ainda maior: viabilizar a aquisição de uma língua para que este sujeito seja capaz de pensar, raciocinar, fantasiar, argumentar, escolher, criticar, imaginar, ironisar, enfim todas as atividades cerebrais necessárias a um ser humano. A criança ouvinte, desde o útero materno está em processo de aquisição de linguagem. Já a criança surda, se for privada deste, só encontrará a LIBRAS na escola com idade mais avançada.

Ainda em Moura, 2014, p.15, “(...) a LIBRAS desempenha todas as funções de uma língua e, como tal, poderia ser usada para cumprir o papel que a linguagem oral tem na criança ouvinte.(...)”

Quando o surdo já possui a competência em LIBRAS e ingressa em uma escola inclusiva, se não houver outros surdos, muitas vezes, ele fica isolado, sem amigos, pois, a socialização se dá quando o grupo social domina o mesmo idioma. Da mesma forma a relação entre professor-aluno, só pode ser estabelecida se os dois conhecem e se comunicam na mesma língua. Do contrário, dificilmente haverá aprendizagem. Devido a isso, afirmamos que dentre todas as diferenças, a inclusão da pessoa surda é a mais desafiante, pois, necessita que o grupo social da qual ela está inserida aceite a sua língua, seu modo de ver o mundo e de estabelecer relações.

Devido a essa condição de “estrangeiro em seu próprio país” é que faz a educação inclusiva para surdos ser um tema polêmico e inquietante para a comunidade surda. Segundo CAMPOS, 2014, o Brasil não possui escolas especiais para surdos em todas as cidades. Gerando inúmeras vezes a necessidade dos surdos estudarem em escolas regulares. CAMPOS, 2014, elenca diferentes teorias sobre a inclusão de surdos e seus diversos posicionamentos: a primeira é a denominada de Educação Tradicional/Moderna: sujeito surdo como deficiente e anormal: Para CAMPOS, 2014, esta teoria considera o surdo como alguém que deve ser curado, um inválido, incapaz e deficiente. Esta teoria ignora a cultura surda e a prática é tradicional. O espaço escola era a escola especial, sob a visão clínica. O surdo é inserido na sala de aula regular juntos com os colegas ouvintes e frequenta a sala de recurso multifuncional. Outra teoria é a denominada de Educação para diversidade; o sujeito surdo com um subalterno e inferior. Esta teoria segue a teoria crítica e tem por objetivo impor aos surdos a experiência ouvinte. A diferença é tolerada e segue estereótipos.



Segundo a autora, a política de educação Inclusiva proposta pelo MEC está de acordo com esta teoria. Já a teoria da educação cultural, aceita o surdo como ele é. Com suas diferenças lingüísticas e culturais. O surdo é visto como diferente e sujeito cultural. Como diz PERLIN(1998), assume um caráter principal na constituição da identidade surda devido ao surdo se perceber diferente do ouvinte. Esta última teoria é a forma como a comunidade surda, que possui a LIBRAS como primeira língua deseja ser reconhecida. Porém viabilizar isso em um espaço culturalmente individualista e enraizado por questões preconceituosas, fica difícil de ser concretizada. Por isso afirmamos que incluir de fato um aluno surdo, é um desafio para a educação e para a sociedade.

METODOLOGIA:

A metodologia de pesquisa é bibliográfica de caráter exploratório. Observamos as aulas de uma professora regente da Rede Estadual e a mesma nos concedeu uma entrevista. Através das respostas da professora e da observação de suas aulas, realizamos uma análise de seu depoimento. A escolha da professora em foco foi de forma aleatória e espontânea. O objetivo da entrevista foi de ilustrar, através de uma amostra, as dificuldades obtidas por uma professora que possui sucesso com seus alunos surdos. Observamos que o sucesso obtido por ela se concretiza devido ao esforço pessoal dela e dos seus próprios alunos. Em sua sala de aula observamos que os alunos surdos ficam atentos a sua explicação e interagem em LIBRAS com a professora com o auxílio da intérprete de LIBRAS. As aulas da professora são bastante dinâmicas. Ela utiliza vários recursos visuais e isto viabiliza a compreensão dos mesmos.

RESULTADOS:

O objetivo deste artigo é levantar reflexões sobre a inclusão de alunos surdos no ensino regular. Consideramos que objetivo da pesquisa é de caráter longitudinal. Por isso os resultados são de longa duração.

A conquista por uma consciência inclusiva é morosa, pois necessita da abertura do outro para a atendê-la. Consideramos que a pesquisa está em pleno andamento. Cada aluno surdo que consegue aprender o conteúdo a ser ensinado ou quando conseguimos transformar o pensamento de outro professor para o respeito às diferenças, consideramos ser um bom resultado da pesquisa. Deixamos um legado para futuras pesquisas e práticas pedagógicas com esta pesquisa.

ANÁLISE DO DEPOIMENTO:

Realizamos uma entrevista com uma professora efetiva de uma escola da Rede estadual com o objetivo de levantar uma amostra sobre a realidade do professor regente nesta escola. A entrevista foi realizada por escrito via e-mail de forma direta. As perguntas da entrevista foram às seguintes:



- Há quanto tempo você leciona física para surdos? Existem outras disciplinas que você leciona?
- Quantos surdos há em cada sala?
- Você possui o apoio de interprete de LIBRAS e de professora de atendimento educacional especializado para todos os alunos?
- Em que anos escolares você atua?
- Quais são as suas principais dificuldades em lecionar para surdos?
- Que recursos e estratégias de ensino que você costuma utilizar em suas aulas que estão oferecendo bons resultados?
- Todos os seus alunos surdos possuem competência plena em LIBRAS ou ainda estão adquirindo a LIBRAS?
- Em sua(as) turma(s) possuem alunos surdos com alguma deficiência associada a surdez ou são apenas surdos?
- Você utiliza livro didático recomendado pela a escola ? Caso positivo, qual a sua opinião sobre os livros didáticos para os surdos?
- O que você tem aprendido com seus alunos surdos?

Analisando as respostas da professora, observamos que a mesma é muito experiente e já leciona na Rede Estadual de educação há três anos. Os alunos surdos são concentrados em escolas pólos devido a presença dos interpretes e da professora de sala de recursos. Observa-se que não existe contrato de interprete de LIBRAS para atender a demanda em todas as Unidades de educação como também o serviço de professor de sala de recursos. Os alunos surdos, diferente dos ouvintes, são obrigados a se matricular em determinadas escolas, pois, não há interprete e nem professora de sala de recursos em todas as escolas . Isso já priva o aluno do direito de estudar próximo a sua residência como está previsto na lei 11.700 de 13 de junho de 2008 que acrescenta a LDBEN de 9394/96 em seu capítulo IV. Para a efetiva inclusão na Rede Estadual de educação, seria necessário interpretes de libras e professores de sala de recurso em todas as unidades apesar da existência do manual de enturmação para sala de recursos-AEE2012 no qual explicita que todos os alunos do ensino fundamental e médio, podem acessar via internet a solicitação de atendimento em salas de recursos multifuncionais. O manual explica passo-a-passo como deve ser realizado todo o processo. Porém, na prática, pode constatar que isto funciona precariamente.

A entrevistada atua em todos os anos do ensino médio e confessa que inicialmente ficou assustada ao se deparar com um número grande de alunos surdos em sua(s) turma(s), pois, não havia preparo e nem aviso prévio da coordenação sobre o fato. Infelizmente, os alunos com deficiência, em geral, são literalmente colocados em sala de aula, sem nenhum planejamento ou atendimento diferenciado por parte dos alunos e de seus professores. A exclusão já inicia no ato do recebimento, da acolhida deste aluno na unidade de educação. Infelizmente a formação docente para a educação inclusiva ainda é insuficiente.



Segundo GLAT,2009, a educação especial antes era como um sistema paralelo e segregado de ensino e a formação docente para tal era separada da graduação convencional, como se fosse um curso adicional ou de extensão. A partir dos anos 90, surge o reconhecimento da Educação Inclusiva como diretriz educacional prioritária em vários países, inclusive o Brasil,necessitando que a formação docente acompanhe este processo, porem, apesar de alguns avanços, muitos cursos não abordam as disciplinas de fundamento de educação especial e de LIBRAS com uma carga horária necessária para viabilizar uma efetiva inclusão.Segundo a UNESCO, 1994 diz que o princípio do modelo da educação inclusiva é que todos os alunos, independentemente de suas condições socioeconômicas, raciais,culturais ou de desenvolvimento, sejam acolhidos nas redes regulares, as quais devem se adaptar para atender às suas necessidades. A inclusão é uma via de mão dupla. A escola deve se esforçar para se adequar a realidade do aluno e vice-versa. Entendemos que o aprendizado de uma língua, seja ela qual for, necessita de prática e de convívio com seus nativos. Para aprender LIBRAS, também é necessário que além das disciplinas obrigatórias nas licenciaturas, os graduandos possuem convívio com surdos para praticar a língua.Caso contrário, sem uso, a LIBRAS é esquecida. Em geral, a disciplina é oferecida apenas em um semestre. Muito pouco para que o professor seja efetivamente bilíngue. Entretanto entendemos que a disciplina de LIBRAS nas licenciaturas ainda é um espaço conquistado positivamente. Mesmo que o graduando não atinja o objetivo de obter competência lingüística em LIBRAS, este futuro profissional será pelo menos sensibilizado para a causa linguística por um ensino que corresponda a cultura e a identidade surda.

A professora entrevistada, apesar de nunca ter tido contato com surdos antes de conhecer seus alunos, e de não tido a disciplina de LIBRAS em sua graduação, demonstra que é uma professora muito dedicada e não mede esforços para que seus alunos aprendam o conteúdo apresentado. A mesma utiliza muitos recursos visuais em suas aulas, realizou trabalho envolvendo tecnologias diferenciadas tais como: Powerpoint e Prezi. Ela observou que os surdos aprendem e possuem seu contato com o mundo através da visão. Todos seus alunos possuem competência em LIBRAS e por isso o canal viso espacial é de suma importância. Segundo LACERDA, 2014, p.186,afirma que:“(...) a Pedagogia visual é uma didática que atende as necessidades dos alunos surdos que se encontram imerso no mundo visual e apreendem, a partir , a maior parte das informações para a construção de seu conhecimento(...) não basta apenas apresentar os conteúdos em LIBRAS, é preciso explicar os conteúdos de sala de aula utilizando toda a potencialidade visual que essa língua tem(...)”. A estratégia de uso de imagem em sala de aula é fundamental. Os professores podem utilizar: mapas conceituais, mapas geográficos, esquemas organogramas, desenhos, fotos, fichamento, tabelas e vídeos. No caso de vídeos, a legenda, em sua maioria, não atinge aos surdos, pois, muitas vezes, os alunos não conseguem visualizar as cenas dos filmes e a legenda ao mesmo tempo. A leitura dos surdos não se constitui de forma linear como os ouvintes compreendem, pois a LIBRAS não é linear e sim uma língua viso espacial.Segundo HARRISON,2014,p.31 afirma o seguinte:



“(...)As línguas de sinais são produzidas por movimentos das mãos, do corpo e expressões faciais em um espaço à frente do corpo, chamado de espaço de sinalização. A pessoa “recebe” a sinalização pela visão, pela razão pela qual as línguas de sinais são chamados de visuespaciais ou espaço-visuais. Dependendo do tipo de enunciado, dos sinais utilizados, do que se deseja expressar, pode-se obter uma sinalização em que vários sinais podem ser feitos simultaneamente, pois, no caso dos movimentos envolvidos, não há impedimento anatômico.(...)”

Devido a LIBRAS ser a primeira língua dos surdos, eles pensam de forma visuespacial possuindo dificuldade de ler linearmente, além de não conhecer todo o vocabulário em língua Portuguesa. Por isso, as aulas que se detém apenas nos livros didáticos são insuficiente para os surdos. A professora entrevistada utiliza o livro didático apenas para verem as imagens, como um recurso visual.

A entrevistada declarou que nenhum de seus alunos possuem outra deficiência associada a surdez, porém, ainda é necessário pensar neste publico que muitas vezes necessita de mais atenção especializada.

Enfim, a entrevista com a professora em questão nos apresentou um exemplo concreto de uma profissional preocupada com seus alunos, trabalha com poucos recursos materiais e pessoais pois, a estrutura da escola pública não corresponde plenamente ao ideal inclusivo que esperamos. Muitas vezes o resultado da inclusão se dá devido ao esforço pessoal de alguns professores como a nossa entrevistada. Ao final da entrevista a professora nos diz que ela também aprende com os alunos e que aprendeu que a deficiência pode ser superada e que podem vencer e aprender. Muitas vezes os alunos surdos conquistam notas maiores do que os ouvintes e já conquistaram prêmios em feira de ciências competindo com jovens estudantes sem deficiência. E a professora termina com a seguinte frase: “ Tudo isso me faz acreditar no meu trabalho e tentar contribuir para que a visão dos outros professores sobre eles mudem através de tais resultados vencedores!.

Considerações finais:

Consideramos finalmente que a inclusão educacional é um longo processo que se encontra em construção inacabada, visto que as práticas docentes da maioria das escolas públicas ou privadas não contemplam um processo fiel que visa à aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades dos alunos surdos. É necessário que haja reformulação e execução de políticas públicas inclusivas concretas e reais envolvendo a família, a comunidade escolar e o professor. Reconhecemos que muitas conquistas foram superadas ao longo da história da educação, mas ainda é pouco. É prudente afirmar que o aluno surdo deve ser incluído quando suas condições assim permitirem e quando a inclusão significar para este um benefício. Como visto anteriormente, para incluir um aluno surdo é necessário reconhecer suas peculiaridades lingüísticas, identitárias e culturais como um sujeito diferente.



II CINTEDI
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

16 a 18
NOVEMBRO
2016
LOCAL DO EVENTO
CENTRO DE CONVENÇÕES
RAYMUNDO ASFORA
GARDEN HOTEL
CAMPINA GRANDE-PB

O assessoramento ao professor de turmas com inclusão é uma condição indispensável ao sucesso do trabalho como também a viabilização da presença do profissional intérprete em todas as unidades escolares da Rede Estadual de Educação. Porém, sabemos que somente a presença deste profissional, não é o suficiente. É necessário que toda a comunidade escolar abrace a causa da inclusão modificando todas as suas estruturas físicas e pedagógicas.



Referências:

BRASIL. LDBEN 9394/96. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acessado em 30 de agosto de 2016

BRASIL. Lei 11.700 de 13 de junho de 2008. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11700.htm Acessado em 30 de agosto de 2016

BUENO, José Geraldo Silveira. educação inclusiva: Princípios e desafios. revista mediação, n.1, dez. 1999 (Edição comemorativa dos 25 anos do IHA)

CAMPOS, Mariana de Lima Isaac Leandro. Educação inclusiva para surdos e as políticas vigentes. IN: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; SANTOS, Lara Ferreira dos. Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: EDUFSCAR, 2014

DECLARAÇÃO de SALAMANCA. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acessado em 30 de agosto de 2016.

GLAT, Rosana. Educação inclusiva: Cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7letras. 2009

HARRISON, K.M.P; NAKASATO, R.Q. Educação universitária: reflexões sobre uma inclusão possível. In: LODI, A.C.B; Harrison, K.M.P; Campos, S.R.L (orgs.) Leitura e escrita no contexto da diversidade. Porto Alegre: Mediação, 2004. p.66-72

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; SANTOS, Lara Ferreira dos. Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: EDUFSCAR, 2014

LODI, Claudia Balieiro; LACERDA, Cristina Broglia de. (orgs). Uma escola, duas línguas: letramento em língua Portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009.

MANUAL DE ENTURMAÇÃO PARA SALA DE RECURSOS-AEE 2012. <http://download.rj.gov.br/documentos/10112/157759/DLFE49691.pdf> ManualdeEnturmacaoe mSaladeRecursos2012Validada.pdf acessado em 30 de agosto de 2016



MOURA.Cecília de.surdez e Linguagem,IN: LACERDA,Cristina Broglia Feitosa;SANTOS.Lara Ferreira dos.Tenho um aluno surdo,e agora?Introdução à Libras e educação de surdos.São Paulo:EDUFSCAR,2014

PERLIN.G.T.T.Histórias de vida surda:Identities em questão.Dissertação de Mestrado.faculdade de educação,universidade federal do rio Grande do sul,porto alegre,1998

SANTANA.Ana Paula.Surdez e Linguagem:Aspectos e implicações neurológicas.São Paulo:Plexus,2007.

SANTOS.Mônica pereira dos;PAULINO.Marcos Moreira.São Paulo:Cortez,2006

UNESCO. <http://en.unesco.org/>.acessado em 30 de agosto de 2016



